

Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas graduações da saúde e o Programa de Extensão TEKOÁ: interculturalidade, saúde negra e indígena na UFRGS

Fernanda Nogueira¹; Denise Leopoldino Cipriano²; Gbètomè Bénédicté Kpoudou¹

¹Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - IPSSCH/UFRGS

²Escola de Enfermagem e de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - EENFSC/UFRGS

E-mail: fernanda.nogueira@ufrgs.br

Resumo

A educação das relações étnico-raciais (ERER) figura, na atualidade, como importante política de valorização epistêmica dos conhecimentos afrocentrados e ameríndios nos currículos das universidades brasileiras. O presente artigo relata a ação de extensão vinculada ao TEKOÁ – Programa Intercultural de Saúde Negra e Indígena e seus projetos, intitulada “Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas graduações da Saúde da UFRGS”. Realizada no ano de 2024, objetivou construir trocas de saberes interculturais a partir de reflexões teóricas e vivenciais entre os acadêmicos de sete cursos de graduação da universidade. Colocando em evidência a diversidade cultural dos povos negros e indígenas, suas

formas de ser e viver, seus modos específicos de ver o mundo e seus conhecimentos milenares, os estudantes foram convidados ao exercício de uma ética antirracista, que compreenda, respeite e valorize os povos originários, além de reflexões descoloniais situando o Brasil como país do Sul do mundo.

Palavras-chave: Interculturalidade; Bem Viver; Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER); Indígenas; Negros.

Resumen

La educación de las relaciones étnico-raciales (ERER) aparece actualmente como una política importante para la valorización epistémica del conocimiento afrocéntrico y amerindio en los currículos de las universidades brasileñas. Este artículo se refiere a un proyecto de extensión vinculado al TEKOÁ – Programa Intercultural de Salud Negra e Indígena y sus proyectos, titulado “Educación en las Relaciones Étnico-Raciales (ERER) en las graduaciones en Salud de la UFRGS”. Realizado en 2024, el objetivo es construir intercambios interculturales de conocimientos a partir de reflexiones teóricas y experiencias entre académicos de siete carreras universitarias. Destacando la diversidad cultural de los pueblos negros e indígenas, sus formas de ser y de vivir, sus formas específicas de ver el mundo y sus conocimientos milenarios, los estudiantes son invitados a ejercer una ética antirracista, que comprende, respeta y valora a los pueblos originarios, junto con reflexiones decoloniales que ubican a Brasil como un país del sur del mundo.

Palabras clave: Interculturalidad; Buen Vivir; Educación de las Relaciones Étnico-Raciales (ERER); Indígenas; Negros.

Introdução

As políticas de cotas étnico-raciais nas universidades federais figuram, na atualidade, como ações centrais na reparação histórica dos prejuízos do racismo no ambiente acadêmico e na garantia do direito de acesso à educação superior de qualidade às populações negras e indígenas brasileiras. A efetivação das ações afirmativas, nas últimas duas décadas, vem ampliando o panorama histórico de exíguo ingresso e diplomação das pessoas negras e indígenas.

Nas universidades federais brasileiras, entre os anos de 2003 e 2014, quase triplicou o número de alunos negros e, considerando pretos e pardos (população negra conforme categorias censitárias do IBGE), de 2017 a 2019 o público discente negro já representava 47,5% do total de estudantes (ANDIFES, 2019). A presença negra na educação superior do país representa 37% das matrículas, em contrapartida a 44% de estudantes brancos, conforme censo da educação superior de 2023. Quanto à presença indígena, entre os anos

de 2011 e 2021 o número de matrículas passou de 9.764 para 46.252 (INEP/MEC, 2024). As ações afirmativas atuam na garantia ao ingresso, mas também colocam nas pautas institucionais o enfrentamento ao racismo e a valorização epistêmica e cultural, que dizem respeito à produção do conhecimento e aos modos de ser e viver negros e indígenas.

No mesmo contexto político do início dos anos 2000, em que as ações afirmativas foram incentivadas pelo Estado brasileiro nas universidades federais, a concepção da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) é cunhada, através das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.394/96), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na educação básica em nosso país. No ano de 2004, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) legislam sobre a obrigatoriedade da ERER na educação superior, referindo que as

instituições poderão incluí-la nos conteúdos de disciplinas curriculares, bem como na “iniciação científica/práticas investigativas, extensão (cursos e serviços), atividades extracurriculares” (BRASIL, 2004, p. 01).

Tais garantias legais são a expressão das lutas dos movimentos negros brasileiros por educação durante todo o século XX, e que seguem na atualidade, pois ainda não estão totalmente efetivadas. No que diz respeito ao campo da produção do conhecimento, a presença negra e indígena inaugura pauta urgente de valorização de seus conhecimentos a partir de epistemologias afrocentradas e ameríndias, ligadas aos saberes da terra, formas comunitárias de ser e viver, problematizando assim as estruturas étnico-raciais simbólicas, materiais e curriculares institucionais, edificadas pelo eurocentrismo na educação superior brasileira e latino-americana.

A inclusão de disciplinas e conteúdos de EREER nos componentes curriculares dos cursos de graduação é um caminho importante para a efetivação das orientações legais — efetivação da real presença do povo negro e indígena nas universidades, uma vez que eles chegam não só com seus corpos, mas passam a habitar as instituições com seus conhecimentos, tornando diverso também o percurso de formação dos profissionais nas carreiras de ensino superior no país.

Nilma Lino Gomes, intelectual negra brasileira, refere que o processo de implementação de tais leis e políticas “nem sempre corresponde à radicalidade emancipatória das reivindicações que o originaram” (GOMES, 2017, p. 36). Após 21 anos da promulgação das DCNERER para a educação superior, os sistemas de ensino se adaptaram lentamente. Na UFRGS, muitos avanços ocorreram, mas o processo que envolve a inclusão de disciplinas e tópicos específicos de EREER no âmbito curricular ainda está em curso e atende timidamente às políticas (NOGUEIRA, 2021, p. 127-138), pois trata-se de uma mudança profunda que envolve o reconhecimento do

racismo institucional, a adoção de ações focais antirracistas, aspectos estruturais, conceituais, epistemológicos e políticos.

Reconhecendo tal urgência, o Programa de Extensão TEKOÁ – Programa Intercultural de Saúde Negra e Indígena na UFRGS foi criado no ano de 2024 em diálogo amplo com os coletivos estudantis, a partir de suas demandas universitárias. A ele estão vinculados os projetos ÊG JAMÃ – Psicologia da Floresta, promoção de saúde e bem viver à comunidade indígena na UFRGS, e KAFOU – encruzilhando existências: saúde e bem viver entre os povos do Sul do mundo na UFRGS. Objetivam compor ações sistemáticas e focais de educação na valorização da presença negra e indígena e seus saberes; ampliar o conhecimento sobre a EREER; desenvolver práticas de enfrentamento ao racismo, à xenofobia e às barreiras culturais que dificultam a permanência na universidade. As ações são planejadas em conjunto com estudantes africanos, latino-americanos e indígenas, e voltadas a toda a comunidade acadêmica. No ano de 2024, atuaram como bolsistas a estudante kaingang da Enfermagem Denise Leopoldino Cipriano e Gbètômè Bénédicte Kpoudou, acadêmica de Psicologia do Benin/África, participando desde o planejamento até a realização das ações, colaborando a partir de suas perspectivas culturais em todo o processo.

No que diz respeito ao campo de valorização epistêmica negra e indígena, os projetos desenvolveram a ação intitulada: “Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas graduações da Saúde da UFRGS”, que consistiu em uma aula ministrada a graduandos, planejada em parceria com professores dos cursos. No semestre 2024/2, sete graduações da saúde participaram, sendo que aproximadamente 250 alunos assistiram à aula de EREER, quais sejam: Serviço Social, Saúde Coletiva, Enfermagem, Odontologia, Biologia, Psicologia e Nutrição. Em 2025/1, o objetivo do programa é ministrar a aula de EREER aos quatorze cursos da saúde, com perspectiva de ampliar a outras áreas.

Nas aulas foram trabalhados tópicos sobre racismo e antirracismo, políticas de branqueamento no Brasil, branquitude, aspectos do racismo que impactam na permanência dos estudantes negros e indígenas na universidade, cultura kaingang e do Benin/África, Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, bem viver e modos de aprender e pesquisar indígenas.

A partir da experiência extensionista de Denise e Gbètomè, compartilharemos a seguir alguns aspectos por elas vivenciados na referida ação de extensão. Nos inspiramos nas palavras da escritora negra nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em seu livro intitulado *‘O perigo de uma história única’* (2019), em que fala sobre sua vida como leitora, que amava livros britânicos — eles despertavam sua imaginação, abriam mundos novos. O que a pequena Chimamanda não sabia era que pessoas iguais a ela podiam existir na literatura. Refere que o que a descoberta dos escritores africanos fez foi salvá-la de ter uma história única sobre o que são os livros. A trajetória de Chimamanda traz paralelos ao que estudantes negros e indígenas vivenciam historicamente em sua vida escolar e acadêmica em nosso país: a ausência de escritores, teóricos, histórias e personagens negros e indígenas e suas epistemologias nas diversas áreas do conhecimento.

Caminhada de uma kaingang pela UFRGS: enfrentando a selva de pedras (a cidade)

Sou estudante indígena do povo kaingang, acadêmica do curso de Enfermagem. Ingressei na UFRGS pelo Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas – PSEI. Desde então, minha trajetória acadêmica vem se moldando através de lutas pela permanência e da busca pelo reconhecimento e valorização da presença indígena na universidade. Apesar de tantas dificuldades e da invisibilidade dos estudantes indígenas nesse espaço, trago comigo a força e a ternura dos meus filhos, que me

acompanham nesse processo, tornando a busca pela formação um caminho menos árduo.

A migração da aldeia para a “selva de pedras” (como os kaingangs chamam a cidade) para estudar causa um impacto gigantesco na saúde como um todo para os indígenas. A possibilidade de trazermos nossos filhos junto é fundamental no processo de formação acadêmica das mães indígenas — é um fator central para promover a permanência na universidade. Nesse sentido, ressaltamos a conquista da Casa dos Estudantes Indígenas da UFRGS – CEI, em 2022, resultado da luta do coletivo de estudantes indígenas da UFRGS, que por muitos anos buscava um espaço para suas famílias e uma vida comunitária entre os nossos, minimizando o sofrimento que a distância do território nos causa.

Embora o espaço da CEI não contemple a todos, já é um grande passo e só nos impulsiona a seguir firmes na busca pela garantia ao acesso e permanência na universidade, à valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos originários e ao respeito à interculturalidade. Importante considerar que a maioria dos estudantes indígenas da UFRGS são mulheres e mães, sendo que 80% estão vinculadas a cursos da área da saúde, demonstrando a urgência na formação de profissionais para atuar em prol da saúde de suas populações originárias.

Em nossas vivências, é evidente o despreparo das universidades para a presença indígena, o que gera preconceito e racismo para os estudantes de diversos povos e etnias, dificultando sua formação e, em muitos casos, gerando o abandono. Segundo Herbetta e Nazareno (2020)

[...] observa-se um aumento significativo na inclusão de indígenas nas universidades brasileiras. No entanto, pouco se discute sobre o outro lado dessa questão: a permanência desses estudantes. Quando essa não é garantida, há um risco elevado de fracasso acadêmico e evasão, interrompendo suas trajetórias educacionais e causando sofrimento psicológico (p. 60)

Para além do desgaste emocional e da luta por uma assistência que garanta, de fato, a permanência dos estudantes indígenas na universidade, as dificuldades enfrentadas, sejam na graduação ou na pós-graduação, são de natureza social e cultural, sendo necessário compreender e investigar a relação psicossocial do estudante indígena não apenas com a universidade, mas com a cultura ocidental (CALEGARE; SALES, 2023).

Além disso, os estudantes também sofrem com o preconceito e o racismo, que são algumas das causas de desânimo, levando ao isolamento e à desistência, e, em muitas situações, ao adoecimento psicológico por falta de apoio e acolhimento de professores, colegas e por parte da instituição. Essas questões são vivenciadas por muitos de nós e afetam de tal forma que quase nos fazem desistir. Compreendemos que essas situações precisam desaparecer das universidades e de qualquer outro lugar, pois somos parte da sociedade brasileira, e é urgente o respeito e a valorização da nossa presença e da diversidade cultural que carregamos.

Dialogando com os estudantes da saúde: ausências e presenças indígenas sentidas nas aulas de ERER

A iniciativa de alguns projetos em promover acolhimento aos estudantes indígenas, criando espaços de fala e protagonismo, tem gerado aprendizados e experiências enriquecedoras. Projetos que objetivam dar visibilidade às potencialidades, cultura, saberes indígenas e formas próprias de aprendizado de diferentes povos fortalecem nossa presença no ambiente acadêmico.

O programa TEKOA, do qual sou bolsista, vem me proporcionando momentos de fortalecimento e representatividade como estudante indígena, em que a troca de saberes incentiva a mudança da visão estritamente ocidentalizada de estudantes não indígenas. Falar sobre as minhas dificuldades durante o percurso da graduação tem sido um desabafo e, ao mesmo tempo, tem me encorajado

a falar com entusiasmo sobre minha cultura, vivências e formas diferentes de aprender e me relacionar como um todo, que relato nas aulas de ERER ministradas aos vários cursos da saúde.

É importante frisar “a necessidade de a universidade passar por uma transformação, de modo a incluir outros regimes de conhecimento, e não apenas tomar como base a matriz de conhecimento ocidental, disciplinarizada” (HERBETTA e NAZARENO, 2020, p. 73). Durante as aulas da ERER ministradas, pude perceber a urgência de falar sobre a cultura indígena e, principalmente, sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes de vários povos que estão matriculados na graduação. Em uma das primeiras aulas que ministramos, realizamos uma dinâmica em que os estudantes não indígenas foram convidados a falar sobre a presença indígena na universidade. Eles sequer sabiam da existência dos indígenas e suas especificidades no meio acadêmico. Pouco se sabia que, nos prédios dos cursos da saúde, circulam estudantes indígenas; os alunos não indígenas não sabiam falar nada a respeito. Essa vivência me causou muita indignação e tristeza.

Outro momento marcante ocorreu ao falarmos sobre a forte relação que os povos indígenas têm com a natureza, em outro curso da saúde. Usamos como inspiração a obra do escritor indígena Ailton Krenak intitulada *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020). Tocou-me profundamente a saudade de casa, da mata, dos rios e de estar com quem entende a importância que tudo isso representa. Tudo isso é vida, é saúde, e cada vez mais nos deparamos com a falta de cuidado com nossa casa (o planeta Terra), com o desmatamento crescente, nascentes de rios secando, morrendo pela poluição causada pela ganância do sistema capitalista. Os povos indígenas seguem em processo de extermínio quando a natureza é violada.

A cada aula, me deparava com situações novas, algumas até me surpreendiam, mostrando que, sim, aos poucos, a universidade está nos

conhecendo. Em alguns cursos, foi satisfatório ver alunos falarem com certo conhecimento e não somente trazerem visões estereotipadas, como as de que o indígena vive pelado, na mata, e vive de caça e pesca. Sim, somos tudo isso, mas, para além disso, somos quem quisermos ser, sem esquecer da nossa cultura e ancestralidade.



Em alguns cursos, desenvolvemos uma dinâmica com as turmas a partir do seguinte questionamento: para vocês, o que são coisas de índio? Essa frase é o título da obra do escritor indígena Daniel Munduruku (1995). Os estudantes participaram bastante e trouxeram vários elementos importantes sobre os povos indígenas brasileiros, mas, em nenhuma graduação, expressaram que um indígena poderia ser médico, enfermeiro, advogado, psicólogo e tantas outras profissões em que se graduam atualmente. Realizamos esse momento com os alunos, sendo muito boa a troca que tivemos e as reflexões que ali compartilhamos.



Figura 1 - Aula de ERER nos cursos de Serviço Social, Saúde Coletiva e Psicologia.

Fonte: Autores.

Reconhecendo-me estudante beninense no Brasil: a África em mim e as diferenças culturais na universidade

As aulas da ERER me proporcionaram grande aprendizado pessoal, dialogando com alunos e professores, sendo que, em cada uma delas, eu saía com um sentimento diferente, algumas vezes frustrada e outras vezes fortalecida. Senti que a luta segue, e ações como esta devem ser vivenciadas por mais pessoas da comunidade acadêmica, com o aumento de projetos que incluam em seus trabalhos elementos das vidas indígenas. Abrir espaços de acolhimento, escuta e fala para estudantes indígenas e não indígenas, levar para a sala de aula a visibilidade da riqueza dos conhecimentos tradicionais é fundamental para que a universidade se torne um ambiente multicultural de reconhecimento e respeito pelos diferentes saberes e cosmologias.

Sou Gbètômè Bénédicte Kpoudou, beninense, da comunidade Aïzo e do clã Azanvôvi Dèhwinù. Estudante de Psicologia da UFRGS, ingressei pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que é um programa oficial do governo brasileiro de vagas gratuitas para graduação completa oferecido pelo Brasil para os estudantes estrangeiros vindos dos países do sul do mundo. Os cursos oferecidos envolvem todas as áreas do conhecimento, sem custos nem exames de admissão, mas consideram o rendimento ou excelência do estudante durante todo o ensino médio em seu país de origem, além do *Baccalauréat*, exame nacional de seleção para ingresso nas universidades beninenses.

O governo brasileiro oferece essa oportunidade para vários países africanos e latino-americanos com o objetivo de fortalecer laços com as nações amigas, cooperar para a formação de recursos humanos nos países participantes, contribuir para a internacionalização do ensino superior brasileiro e expandir o horizonte cultural dos estudantes brasileiros. Após concluir o curso, o estudante recebe seus documentos acadêmicos finais (diploma, ementas e histórico escolar) legalizados ou apostilados gratuitamente, na embaixada ou consulado do Brasil onde se inscreveu para o PEC-G.

A oportunidade de estudar em outro país possibilita não só termos experiência acadêmica, mas também termos uma visão mais ampla sobre o mundo e aprendermos a nos adaptar a um contexto diferente. No sentido de ampliar o conhecimento, as experiências e a compreensão cultural dos estudantes no Brasil, cada um com sua cultura, seu jeito de viver e existir, pode contribuir e potencializar as trocas com os estudantes estrangeiros. Da mesma forma com a cultura e experiências que trazemos a este país.

A cultura do Benin é rica, diversificada e profundamente ligada à sua história, tradições, línguas e religiões. O país, localizado na África Ocidental, tem uma mistura de influências africanas tradicionais, islâmicas e ocidentais, que se refletem na vida cotidiana, nas artes, na música, na culinária e em outros aspectos culturais.

No Benin, cada tribo se identifica pelo seu panegírico clânico, que é um discurso, recitado ou canto tradicional que celebra e honra as origens, os feitos, os valores e a identidade de um clã ou de uma linhagem familiar. Além de nos relacionar com nossa espiritualidade, ele é utilizado no dia a dia como saudação. Por exemplo, quando ligo para meu pai, ele me saúda com o título do nosso panegírico clânico “Azanvôvi Dèhwinù”, um gesto que me reconecta com minha cultura, espiritualidade e ancestralidade.

O panegírico clânico é usado também nas celebrações, como a festa do vodun, a festa do inhame, na gravidez, no nascimento, no Dia da Independência e nos casamentos tradicionais, simbolizando aliança, bênção e pertencimento. Nos momentos difíceis, recitá-lo nos fortalece, guia e protege. Além de nos salvar do perigo, o panegírico também cura, pois compreendemos que a cura vai além dos tratamentos médicos. O panegírico é uma expressão viva de proteção, conexão ancestral e força espiritual, presente em nossa identidade e em nossa forma de enfrentar os desafios da vida.

Félix Iroko (1995) destaca que os panegíricos clânicos são uma característica puramente africana, inexistente na Europa. Eles representam uma parte essencial das culturas africanas porque funcionam como uma marca identitária, ajudando a definir a identidade de uma pessoa não apenas no seu ambiente imediato, mas também na sua etnia e na história conhecida pela sua família. Dessa forma, os panegíricos clânicos têm a função de preservar e transmitir a memória coletiva e os valores culturais de um grupo específico.

Ingressei na UFRGS antes da pandemia, mas, durante esse período, muitas coisas aconteceram que deixaram marcas em mim. Apesar disso, consegui enfrentar e hoje estou mais focada nos meus estudos, o objetivo principal de minha viagem. Desde então, carrego o sentimento de agradecimento por tantas ajudas, apoios e acolhimentos recebidos por parte de cada um dentro da universidade.

Estando no Brasil com minha cultura tão diferente, sinto saudade dela, da minha família, de meus amigos. O brasileiro tem seu jeito de curiosidade, querer saber tudo já no primeiro contato. Eu achava estranho. Pergunto-me: por que quer saber tudo sobre mim? Depois de um esforço, eu começava a falar de mim, da minha cultura, mas fui percebendo que, nessas situações, as colegas interrompiam e começavam a falar de outros assuntos ou abriam outros debates. Não havia um acolhimento real. Como a vida é sempre corrida

aqui, nós, africanos, construímos laços para nos encontrarmos no restaurante universitário (RU) durante as refeições. É um espaço muito especial que nos permite compartilhar cotidianos, dar risadas — embora muitas vezes nossa risada inco-mode, mesma percepção também relatada pelos estudantes indígenas.

Com o passar do tempo, comecei a perceber meu lugar de ser negra e estrangeira, a perceber a impressão que o Ocidente tem sobre negro, sobre a África. Em um programa da apresentadora e jornalista negra norte-americana Oprah Winfrey, ela referiu que a única forma de os negros combaterem o racismo é a partir da sua excelência. Fui percebendo isso nos trabalhos em grupo a cada dia que passei nessa universidade e nas conversas com meus pares. Trazendo tantas marcas da pandemia e não tendo monitoria nos meus primeiros semestres, tive dificuldades de estar no mesmo ritmo de estudos dos demais estudantes. Eles têm costume de fazer as tarefas na última hora antes da entrega, mas eu, como aluna estrangeira que tem o francês como língua de origem, não consigo fazer os trabalhos tão rapidamente em português. Assim, em muitas situações, sou retirada dos grupos e vivo essa exclusão por não ser compreendida.

Nas diferenças entre culturas, percebi que, na minha cultura e em toda a África — e destaco *toda* a África porque, em algum momento, pensei que essa prática existisse apenas na minha cultura —, quando encontramos alguém, seja conhecido ou desconhecido, há respeito, consideração e afeto ao cumprimentá-lo e trocar algumas palavras. Minha avó sempre dizia: “Um bom dia com um sorriso para uma pessoa desconhecida ilumina não só o seu dia, mas também o dela; abre muitas portas de oportunidades. É um gesto natural de afeto, mas poucos conhecem seu verdadeiro sentido.” Trouxe esse hábito e ensinamento comigo, pois o considero valioso, cheio de afeto e amor pelo próximo, independentemente das diferenças culturais.

No entanto, estando no Brasil, passei a me sentir mal e a me questionar: o que fiz de errado? Por que

cumprimento alguém e essa pessoa não responde? Por que simplesmente me ignora como se não me conhecesse, mas, no dia seguinte, sorri para mim como se nada tivesse acontecido? Isso me deixava desconfortável, até que um dia trouxe essa questão para uma conversa com meus pares. Foi então que ouvi muitos relatos semelhantes ao meu. Alguns já estavam tão acostumados que nem se incomodavam mais. Uma das meninas do grupo disse: “Eles são assim.” Eu não sabia, me angustiava, e hoje percebo que preciso me adaptar, engolir esse afeto espontâneo que sempre tenho vontade de compartilhar com todas as pessoas que encontro.

Aulas de EREER e seus aprendizados mútuos: conhecer para respeitar e valorizar

Entrar como bolsista nesse projeto salvou minha vida acadêmica e emocional. Abriu um espaço para eu me expressar e viver minha cultura, me ajudou a não me sentir tão diferente. A partir de então, sinto-me florescer dentro da universidade.

Em uma das aulas de EREER que ministramos, tive o privilégio de falar sobre minha cultura, minha identidade, a culinária de meu país, e de uma celebridade, a rainha Tassi Hangbé, que, no período de 1708 a 1711, governou o Benin, antigo Daomé. Ela foi a primeira a formar e dirigir um exército feminino, chamado Amazonas do Daomé, de mais de seis mil mulheres. É considerada até hoje um símbolo de coragem e emancipação das mulheres beninenses. Apesar de seu reinado ter durado apenas três anos, a rainha Tassi Hangbé teve tempo suficiente para chamar a atenção para as mulheres, seus direitos frente aos homens daquela época. Ela decidiu que elas deveriam caçar ou dedicar-se à criação de animais, atividades reservadas unicamente aos homens. A produção cinematográfica *The Woman King*, produzida pelos Estados Unidos, é baseada nessa história, e foi uma honra para o povo lembrar a força e a coragem dessas mulheres.

O espaço das aulas de EREER permite expressar minha cultura e ancestralidade de maneira significativa. É um ambiente onde compartilho os



Figura 2 - Aula de ERER nas graduações de Nutrição e Odontologia.

Fonte: Autores.

desafios que enfrento na universidade e, ao fazer isso, percebo a potência da minha presença. Minhas falas e experiências ajudam os estudantes a entender melhor o significado do que é viver para meu povo, o que é saúde para nós, e isso gera maior consciência e respeito. Os estudantes dos diferentes cursos foram muito atentos e participativos em nossas aulas.

Viver uma experiência é completamente diferente de apenas estudá-la ou ouvi-la de outra pessoa. Essa reflexão surge constantemente nas aulas que ministramos neste semestre. O compartilhamento das minhas vivências abre espaço para que os estudantes também falem sobre suas dificuldades

muito feliz. Senti a importância de estar nesse espaço.

Durante uma das rodas de conversa, uma aluna relatou que a universidade oferece vagas em cursos noturnos, mas não disponibiliza os recursos necessários no horário de aula. Por exemplo, quando chegam à biblioteca, ela já está fechada, e, em relação aos estágios e atividades, precisam construir alternativas que dificultam muito seu percurso acadêmico. Em outro curso, planejamos uma atividade que teve um grande impacto, com o objetivo de refletir sobre os efeitos do racismo socialmente: propusemos uma pesquisa de imagens na internet usando os termos 'negros' e 'brancos'.



Figura 3 - Estudantes da graduação dos cursos de Biologia e Enfermagem participando da aula de ERER.

Fonte: Autores.

Ficou perceptível como a sociedade constrói visões, interpretações e lugares subjetivos para cada grupo racial. O negro é frequentemente retratado na posição de pobreza, vulnerabilidade e necessidade de ajuda para matar sua fome, enquanto o branco é associado à riqueza, viagens e sucesso.

Ao final das aulas, constantemente, os estudantes comentavam a necessidade de disciplinas de EREER serem obrigatórias nos currículos das graduações. Uma estudante relatou que, na época de sua mãe, ao escolher um tema sobre racismo para sua tese de doutorado, não encontrou nenhum professor disposto a orientá-la. Panorama que vem mudando, mas que muito ainda precisa avançar, considerando as falas dos estudantes negros que participavam dos debates em nossas aulas.

No final de cada aula, eu recebia muito afeto e carinho por parte dos alunos; me convidavam para passear, comer no restaurante universitário. Esses relatos nos incentivam e nos motivam a continuar. A cada dia, percebo ainda mais a importância de trazer à universidade as experiências e diferenças culturais que vivemos.

Considerações finais

Para os povos kaingang do sul do Brasil, a

araucária é uma árvore importante na nutrição e manutenção da vida no inverno. Muitas lendas dizem respeito ao seu surgimento, à abundância que oferece através de grandes colheitas do pinhão. A gralha-azul, pássaro típico também da região, é fundamental para a germinação e desenvolvimento do pinheiro, principal animal disseminador da araucária. As lendas nos inspiram a pensar que a ação de educação das relações étnico-raciais desenvolvida pelo programa TEKOÁ e seus projetos é como o pinhão germinado por essa ave. Ele chega a mais territórios, estudantes e professores e, assim, contribui para reflorestar a universidade com conhecimentos e epistemologias não coloniais, sendo mais uma iniciativa a romper a tradição europeia e norte-cêntrica na formação dos profissionais nas universidades latino-americanas.

Através da perspectiva intercultural, a ação de extensão relatada busca fomentar relações de ensinar e aprender menos hierarquizadas entre diferentes epistemologias, que coloquem em evidência também a diversidade cultural dos povos que se fazem presentes na universidade, suas formas de ser e viver, seus modos específicos de ver o mundo, seus conhecimentos milenares, convidando a comunidade acadêmica ao exercício de uma ética que valorize as trocas, compreenda e respeite sua própria história como país do sul do mundo. ◀

Referências Bibliográficas

- ANDIFES. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico, Social e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras – 2018*. Uberlândia, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023 [recurso eletrônico]. Brasília, DF: INEP, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CP/CNE nº 3/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.
- CALEGARE, M.; SALES, T. de N. Relatos da permanência de estudantes indígenas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, 2023.
- IROKO, Félix. Une littérature orale: le panégyrique clanique du souvenir. *Notre libraire, Littérature béninoise*, n. 124, out.-dez. 1995.
- GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HERBETTA, Alexandre Ferraz; NAZARENO, Elias. Vista do sofrimento acadêmico e violência epistêmica: considerações iniciais sobre dores vividas em trajetórias acadêmicas indígenas. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 20, n. 41, p. 57-82, jan./abr. 2020.
- NOGUEIRA, Fernanda. A Produção do Conhecimento Negro na Psicologia da UFRGS: vozes negras que questionam a colonialidade do ser e do saber no contexto da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2021.